



BANCO

AGRIMISA

O SEU BANCO PARTICULAR

Orçamento

Parente prevê crescimento de 3% para 93

RENATO COSTA



Parente: despesas serão controladas

A economia brasileira deverá crescer 3 por cento, em 1993, e 5 por cento, em 1994 e 1995. As contas governamentais, porém, continuarão a ser fortemente controladas. Foi o que afirmou ontem o secretário Nacional de Planejamento, Pedro Parente, aos integrantes da Comissão Mista de Orçamento. Segundo Parente, as despesas não financeiras serão cobertas apenas

com recursos fiscais para evitar o endividamento. O secretário disse que o Plano Plurianual 1993-1995 concentrará esforços e recursos orçamentários nos setores prioritários.

O projeto de lei do Plano Plurianual foi duramente criticado pelos parlamentares. O deputado Pedro Novais (PDC-MA) definiu a proposta do Governo como um "aglomerado de suposições e desejos". O deputado Alberto Goldman (PMDB-SP) chamou o projeto de "peça de ficção". "Para que perder tempo discutindo o projeto se, depois de aprovado, o Governo executa o que bem entende?", perguntou Goldman. Os parlamentares criticaram o fato de o Executivo não cumprir os projetos orçamentários aprovados pelo Congresso.

Parente explicou que o Executivo nunca deixou de cumprir o orçamento aprovado pelos parlamentares. "Acontece que a falta de recursos não permite o cum-

primento total dos projetos", argumentou. O Plano Plurianual que tramita na Comissão Mista de Orçamento já tem mais de 300 emendas. Segundo o presidente da comissão, deputado Messias Góis (PFL-SE), o projeto deverá ser votado até o dia 12 de junho.

A comissão acabou discutindo ontem apenas as limitações do Executivo em cumprir o orçamento e questões acessórias, como a redação do projeto de lei enviado ao Legislativo. Dos 120 integrantes da Comissão Mista de Orçamento, só dez estavam presentes.

Messias Góis prometeu que o plano e a LDO só serão votados com o quorum mínimo exigido, ou seja, 46 deputados e 16 senadores. As lideranças governistas, tanto no Senado como na Câmara, já incluíram o Plano Plurianual na lista de projetos prioritários do Governo que necessitam de aprovação imediata do Congresso.